

O LEVANTE DE 1845 EM PERNAMBUCO

Mário Márcio de Almeida Santos

Da Universidade Federal de Pernambuco

I

O processo de transformação de uma sociedade estamental numa sociedade de classe, foi precedido, em Recife, por uma série de agitações populares nos anos quarenta do século passado. O ciclo só termina com a Revolução de 1848; a partir daí, pouco a pouco, inicia-se a fase de implantação do capitalismo dependente.

Esses levantes ocorreram em setembro de 1844 e de 1845, dezembro de 1847 e julho de 1848.

De todos, o menos conhecido é o de 25 de setembro de 1845, cuja causa dominante, consiste, até hoje, num denso mistério.

Claro que à semelhança dos demais, o de 1845 reflete o mesmo ambiente de trepidante desajustamento econômico, com todas as características dos "motins" urbanos pré-industriais.

Horsbawn assinala essas formas "primitivas" ou "arcaicas" de conflito como um fenômeno virtualmente universal — "um grito de vingança contra o rico e os opressores, um vago sonho de poder impor-lhes um freio, justificar os erros individuais. Modesta é a ambição dele: um mundo tradicional em que os homens sejam tratados justamente e não um mundo novo e perfeito" (1).

Para o historiador inglês, os movimentos de rebeldia social, não-institucionalizados, de colorido político anacrônico, são formados por grupos urbanos constituídos por homens pobres de todas as classes sociais, a que chama de *turba*. Difícil de ser analisada em termos lúcidos, "a única coisa certa em relação a ela é que sempre dirigiu suas atividades contra os ricos, mesmo quando visando a outras pessoas como os estrangeiros, e também que não tem nenhum laço firme e duradouro com qualquer ideologia ou política, exceto, talvez, com a própria cidade e com os próprios símbolos" (2).

Estudá-los numa perspectiva marxista ortodoxa e linear, conduz a um maniqueísmo injustável à realidade, tipo burguesia versus latifúndio ou proletariado contra os detentores dos meios de produção. Seus objetivos são conservadores — o localismo extremado e a defesa dos "filhos da terra". Não raro transformam-se em grupos de pressão, ajustando-se à clientela de algum líder que popularizou-se por defender certas posições demagógicas.

Não devemos esquecer que são homens livres numa sociedade escravocrata; que foram expropriados, mas não conheceram os rigores do trabalho forçado. A inexistência da industrialização, marginalizou-os. A grande propriedade baseada na escravidão, ao mesmo tempo que abre espaço à sua existência, deixa-os sem razão de ser. O sistema em si não é contestado e, no caso específico de Pernambuco, "as causas efetivas da fermentação insurrecional estão assim embaçadas na longa dissimulação de pretextos secundários: a má orientação governamental, os desmandos da oligarquia Cavalcanti, os portugueses" (3).

O levante de 25 de setembro oferece ao historiador um material rico e complexo, se se tentar decifrá-lo pelo flanco analítico. Convém no entanto, precedê-lo de uma exposição descritiva do evento, porque o "externo freqüentemente se transforma no interno", na boa lição de Jakobson.

II

Para uma metodologia mais inspirada e eficaz, é essencial um levantamento prévio dos dados de que dispomos.

No dia 25 de setembro de 1845, por volta das três horas da tarde, circulou na cidade a notícia do assassinato de Francisco Carneiro Machado Rios.

Os irmãos Carneiro Machado Rios — Antônio e Francisco — eram políticos veteranos. No período regencial tinham provocado um motim denominado *As Carneiradas*, debelado por Manuel de Carvalho Pais de Andrade, o chefe da Confederação do Equador. No momento militavam no partido praieiro e Antônio comandava o corpo de polícia.

Desde o dia 11 de julho daquele ano, Antônio Pinto Cichorro da Gama assumira o governo da província (4).

É o "pleno domínio da praia", na justa apreciação de Joaquim Nabuco. Desde o dia 2 de fevereiro de 1844, os liberais assumiram o poder. Nada obstante, só a partir de 1845, com os presidentes Manoel de Souza e Cichorro da Gama, é que começa em Pernambuco a destruição das bases políticas do Barão da Boa Vista. "A praia, escreve Nabuco de Araújo, que censurou o Barão da Boa Vista por ter dado 32 demissões durante sete anos, viu e aplaudiu essas demissões em massa dadas pelo Sr. Manoel de Souza em número de 300 desde a sua administração de 36 dias; veio o Sr. Cichorro, consumou a obra de devastação, e deu também cerca de 350 demissões" (5).

Nem todos, evidentemente, se deixaram ludibriar pela "moralização administrativa" dos novos governantes. Antônio Pedro de Figueiredo faz uma crítica desapassionada, observando o seguinte:

"Não se tinha poupado a ninguém. Os serviços prestados, as circunstâncias de fortuna não foram tidas em consideração; assim mesmo, não haviam bastante empregos que fartassem a fome de todos os servidores da dominação atual. Entretanto, era força cumprir promessas feitas antes da peleja. Sacrificaram-se pois os cofres públicos; e duas leis de conveniência vieram duplicar o número dos empregados públicos". (...) Ele (Chichorro da Gama) duplicou a força policial; e destarte gravou o nosso orçamento provincial com perto de duzentos contos de réis, para um só ramo de serviço público" (...) "As obras públicas estão entregues à incapacidade de pública notoriedade. As nossas estradas se acham em completo abandono; nem sequer um palmo se fez, depois que o Sr. Chichorro administra esta província, e depois da supressão dos conservadores, as chuvas vão destruindo as que existiam. Apenas se executam aqui e ali alguns consertos, sem que se observem os princípios de arte e necessária economia; e assim mesmo, afora os 17 contos que nos custa esta irrisória administração, este ano quase cem contos de réis saíram de nossos cofres, sem que aparecesse trabalho algum durador e aproveitável ao país" (6).

Analista severo, mas destemido e justo, para o Cousin Fusco a substituição de Boa Vista por Chichorro da Gama representou tão somente a troca de um despotismo mais progressista, por outro, incapaz e mal sucedido.

"Assim, escreve ele no Progresso, não achamos que o estado actual seja preferível ao passado: apenas os déspotas ham mudado de nome. E acerca do exclusivismo, contentaram-se os homens do poder com mudar-lhe o sentido; — os nomes, os serviços, que precedentemente davam direito aos favores do governo, se tornaram em patentes de impossibilidade, e da aspereza da reação, que teve logar neste sentido, grande mal resultou ao paiz. Primeiramente, as pessoas empregadas ha muitos annos, e mui inteiradas dos negocios administrativos, ham sido substituidas por outras, que agora começou o tirocinio com grande detrimento do serviço público. Dahi, como a provincia não possuia, fora das repartições existentes, muitos individuos capazes para reorganisar o pessoal administrativo, a gente do poder viu-se obrigada a collocar nos empregos reconhecidas incapacidades, que não tinham outros títulos mais que os serviços prestados ao partido a que se achavam alliados" (7).

Antônio Pedro de Figueiredo fazia essas observações em 1847, em 1845, porém, os praieiros estavam há poucos meses no poder e Chichorro gozava de grande popularidade, o mesmo acontecendo com o Comandante da Polícia, Antônio Carneiro Machado Rios.

Chichorro ganhara muita simpatia popular mandando invadir alguns engenhos de parentes do Barão da Boa Vista, acusados de assassinatos e furtos de escravos. Com efeito, durante o governo de Boa Vista, esses parentes cometeram crimes e abusos de toda ordem. Rego Barros, excelente administrador, talvez dos melhores de Pernambuco, jamais acreditou ou nunca teve força de coibir os desmandos dos seus familiares.

Perseguí-los, deu popularidade a Chichorro da Gama e, por extensão, ao Comandante seu Corpo de Polícia.

Sobre o assunto, sem dispensar a ironia, registra o Pe. Lopes Gama:

"É verdade que esta **maldita** polícia praieira tem perseguido, e continua a perseguir um irmão do Barão, que com o seu bando de salteadores infestava os arredores deste Recife, e tinha num sítio do Arraial o seu cemitério, onde eram sepultadas as vítimas da sua legitima influencia. É verdade que esta má polícia praieira tem cercado, e varejado certos castelos feudaes, ou engenhos, donde tem tirado escravos furtados: é verdade finalmente que a polícia dos praieiros, que os homens do partido da ordem

diziam, pcriãc tudo em anarchia, roubando e matando a torto e a direito, se chegassem a empolgar o poder, perseguem os ladrões d'escravos, alguns dos quais forão roubados a quabirus, e são restituídos a seus senhores. Sim na bemaventurada presidência do Barão quadrilhas de salteadores, capitaneadas por seu próprio irmão, roubavam e matavam impunemente nas vizinhanças da cidade, uma companhia numerosa de ladrões d'escravos sob os auspícios, direção e convivência de parentes seus, havia-se tornado escandalosamente um dos maiores flagellos da Província. Todo mundo não o ignorava, muita gente sabia, que seus escravos repentinamente desaparecidos de sua casa achavam-se furtados nos engenhos tal e tal; mas quem seria tão ousado, quem teria em tão pouco a sua vida, que os fosse lá buscar ou recorresse para isso à policia, ou aos meios judiciais, havendo de provocar as implacáveis, e furibundas iras dos poderosíssimos parentes do Barão Presidente da Província, e incorrer na indignação da legítima influência? Ninguém diz que o Barão (justiça lhe seja sempre feita) entrasse nesse tráfico infame; mas o que rigorosamente se conclue de taes factos é que elle não podia ou não queria reprimir as ribaldarias, as violências, e perversidades desses seus parentes, e quer por isto, ou por aquillo era incapaz de governar a Província" (8).

Intérpretes modernos, embebidos nas teorias dualistas do marxismo ortodoxo, confundem a repressão aos desmandos da família Cavalcanti como indício positivo de contestação ao sistema. Apesar de justas, essas perseguições eram inspiradas por motivos políticos. Disso se apercebem, justamente, os representantes mais autênticos da "esquerda" radical da época: Borges da Fonseca e Antônio Pedro de Figueiredo.

Borges da Fonseca, por exemplo, adverte em **O Nazareno**:

"O Chefe de Policia há muito está occupado num processo de roubo de escravos, no qual, dizem, estão indiciados diversas pessoas. Está preso por esse motivo o Sr. Francisco do Rego Barros, por automazia (sic) Chico Macho. Muitos são os escravos que se tem recolhido, depois que se instaurou um tal processo, e seus interrogatórios tem alcançado um distinto lugar nas páginas do Diário Novo. No estado em que está a questão, não devemos aventurar nosso juízo, que temos por grande imoralidade que as faltas públicas procurem prevenir o ânimo dos julgadores com suas insinuações, muitas vezes filhas do capricho e má vontade". (...) "Por bem da humanidade, e desta província, desejamos que o círculo dos ladrões seja diminuto, e que não apareça nesse número alguém que ahi ande na cena, carregado de honras, de postos, e de empregos, desejamos mesmo que os indiciados estejam inocentes" (...) "O que horroriza é que a policia, abusando de seu importante ministério, e dos meios a seu alcance, use delinquentes, e procure, só pelo espírito de mal fazer, arruinar alheias reputações" (9).

Antônio Pedro de Figueiredo, melhor analista, resume tudo em poucas palavras:

"Este despotismo, aquí nesta terra de Pernambuco, não é fructo exótico; não foi inventado pela família Cavalcanti, nem pelos presidentes que se ham sucedido, desde o facto da independência. Não provêm, tão pouco, do maior ou menor grau de moralidade do governo; mas lógica e infalivelmente resulta de se não achar a forma politica do governo em harmonia com o estado social, com a distribuição actual da riqueza e dos instrumentos de trabalho" (10).

Chichorro e os irmãos Carneiro Machado Rios tinham ambições. O primeiro, baiano, mas radicado na Corte, almejava uma vaga no Senado vitalício; os segundos, duas representações na Assembléa Legislativa.

Era esta a situação em setembro de 1845, dois meses após o início do governo de Antônio Pinto Chichorro da Gama.

III

No dia 25 daquele mês, surge em Recife a notícia do assassinato de Francisco Carneiro Machado Rios.

O crime, dizia-se, era uma vingança dos baronistas.

Eis como o Diário de Pernambuco historia o caso: "erão tres horas da tarde e assoainou-se o boato de que fora assassinado o Sr. Francisco Carneiro no seo sitio do Janga; os sinos derão o sinal da morte; o Sr. Antônio Carneiro appareceu no seo quartel, mandou tocar o rebate, formou-se o corpo de policia; para esse ponto e para o Aterro dos Affogados affluio a gentalha em massa; grupos numerosos coalharão as ruas circunvizinhas, os cidadãos pacificos forão insultados e ameaçados de morte, a voz exterminadora do novissimo pregador da capella imperial (refere-se a Frei João Capistrano, conhecido por Frei Cometa) ressou no meio dessa multidão agitada, incitando e animando a vingança do assassinato" (11).

Os sinos do Convento de São Francisco tocam o dobre de finados. Multidões affluem dos Afogados, de São José e da Boa Vista, para o centro da cidade. O ponto de convergência é a rua do Imperador. Frei João Capistrano, clama, pedindo a morte para "os assassinos da Liberdade" e "morte aos guabirus". O comércio cerra as portas temendo as ameaças de saques "dos faquistas" e "facinoras". Famílias se refugiam nos navios acostados no porto ou fogem para o interior da provincia. Listas são organizadas com os nomes de todos aqueles que deveriam ser justicados. Cercado por forte escolta policial, Antônio Carneiro diz que há de vingar a morte do irmão. Teme-se a aproximação da noite, quando, então, teria início o massacre. Nesse momento, uma autoridade policial, "ou por não estar iniciada no mistério, ou porque o remorso lhe dispostara na alma" (12), manda um piquete de cavalaria ao Janga para certificar-se da morte de Francisco Carneiro. O "piquete volta antes que a empresa fosse começada, desmente o boato, e dá noticia de que o Sr. Francisco Carneiro estava são e salvo" (13).

Findo o perigo, têm início as acusações mútuas. O caso torna-se confuso. Mesmo na época, foi impossível descobrir qual dos dois partidos — praieiro ou guabiru — poderia ser apontado como responsável pelo levante.

Segundo o Diário Novo, jornal governista, tudo ocorreu da seguinte maneira:

"De proposito foi espalhado pelos **ordeiros** desta cidade, essa noticia que a todos horrorisou, e indignou. Dois fins tiverão os monstros em assoalhar esse assassinato, que a muito prometião e pretendem realisa-lo: o primeiro foi certificarem-se da impressão, que podia produzir na população o homicidio desse cidadão prestante que os traz em grande dificuldades; e o segundo, que foi ainda mais monstruoso, cifrava-se, apresentando esse premeditado assassinato, embora ainda não realiado, faserem com que a população, indignada, rompesse em algum excesso, para terem ocasião de lastimarem o estado da provincia e conseguirem o poder, do qual justamente forão expellidos. É muita malvadeza; e essa tão estúpida que nada pode produzir se não exercração aos infames **ordeiros**, que, perdidos na opinião pública, repellidos em todos os seus entricheiramentos, marchão de principio em principio, como homers: que já perderão o uso da rasão! Nada conseguistes, e nem o conseguireis" (14).

A opposição reage contra a acusação e diz pelo seu principal jornal:

"Quem he o Presidente que não dá huma providencia para salvar a cidade exposta à anarchia? que abdica a sua autoridade na gentalha sedenta de vigança? que não repelle a idea de huma vingança cega e brutal contra a inocencia? He o Sr. Chichorro, he o delegado do Imperador, que he tambem Imperador desses infelizes designados para victimas?... Vós que concorrestes para essa licença que fizestes esse ensaio das vespers sicilianas? que inspirastes o ardor da vingança, sabes qual era o paradeiro desse desenfreamento, dessa dissolução dos vinculos sociais? Tinheis a certeza de que as victimas serião somente essas que designastes, as que devião

ser imoladas, como se proclamava, dentro das suas casas, nos seus asilos perante famílias consternadas...! Como errais! quem vos havia de garantir no meio dos horrores da anarchia? (...) Mas quem inventou esse boato? quem o assoalhou? Como foi elle acolhido sem exame? porque se não tratou de averigua-lo antes que tudo, antes que o sino de S. Francisco desse o sinal de finados, antes que se convocasse essa multidão desenfreada que ameaçou a capital, antes que se formasse o corpo de policia, antes que se provocasse a vingança, antes que se designasse as victimas, antes que se barafeassem a ameaça e o insulto contra os cidadãos pacificos? quem não vê que esse boato não fora huma artimanha para fazer huma tentativa, quem não vê que esse boato não fosse derramado com sinistra intenção, o primeiro passo que se daria, seria verificar o facto, inquirir as suas circunstancias, esmerillar as suas causas: mas não, convinha entreter o furor e actividade da gentalha desenfrada até a noite... convinha manter a mentira até a noite... convinha manter a mentira até que as trevas cahissem... e auxiliassem a empresa fatal... convinha tentar a impaciencia da vingança" (15).

Acusar os partidários do Barão da Boa Vista é um absurdo, porquanto o clamor popular se voltava contra eles e ameaçava exterminá-los. Por sua vez, responsabilizar Chichorro da Gama é igualmente um contra-senso, posto que dessa forma o governo estaria demonstrando sua incapacidade de manter a ordem pública.

O brocardo latino, **in fecit cui prodest**, ajusta-se ao caso. O levante contrariava os interesses do governo e dos baronistas, mas interessava aos irmãos Carneiro Machado Rios como prova evidente de estima pública e capacidade de arregimentação da massa. Conseqüentemente, a única suposição admissível é a de que eles próprios arquitetaram tudo.

Contra esta suposição lógica há entretanto o fato de que ambos militavam no partido praieiro.

Sendo assim, por que iriam comprometer aos seus próprios aliados políticos?

A resposta desta interrogação soluciona o mistério do levante de 25 de setembro.

IV

Tentemos desvendá-lo.

Em 5 de março de 1845, Nunes Machado profere um discurso na Assembléia Geral do Império defendendo a candidatura de Chichorro da Gama ao Senado. Justifica-se alegando as seguintes razões:

"Quer-se excluir os presidentes de serem eleitos deputados ou senadores; e por que? Porque se diz que o presidente que vai disputar uma eleição não pode administrar uma provincia regularmente; tem de favorecer os partidos, etc. Eu teria medo de ofender o bom senso da Câmara, apresentando um argumento desta ordem. Como conseguis vós este fim? Privando os presidentes de serem eleitos nos lugares onde estiverem servindo na ocasião da eleição? É inútil, porque assim não se os priva de influir, de intervir nas eleições a favor de seus correligionários. Quereis privar a magistratura de entrar nas eleições; fazei-o, mas vêde se podeis proibir que seus membros influam e tomem parte nas eleições, não para si, mas para seus partidários?

"Nada importa que um magistrado não possa ser eleito, quando pode ele fazer eleger aquele que é de sua opinião? Eu não considero a questão individualmente, porque isto é mesquinho e impróprio desta casa.

"Senhores, aqui priva-se a um ou outro indivíduo de ser eleito, mas não se priva de que ele continue a influir nas eleições. Esta questão, senhores, reduz-se a um di-

lema; ou esses empregados que se querem excluir estão interessados no fogo da política, ou são homens indiferentes aos negócios de seu país. Se estão neste último caso, a medida é inútil; e se estão no primeiro caso, a medida ainda é inútil, porque, como acabo de dizer, não faz com que os excluídos deixem de se interessar pela eleição dos seus correligionários" (16).

Os Carneiros Rios sentiram que havia na Praia um grupo privilegiado — Urbano Sabino e Nunes Machado — os quais apoiariam Chichorro para o Senado e, em troca receberiam dele toda ajuda governamental para se elegerem deputados. Os demais seriam sacrificados. Espertos, percebem que o único objetivo de Chichorro é o de eleger-se senador. As demissões de funcionários da administração provincial, a ampliação do corpo de polícia, as prisões espetaculares de donos de engenhos do partido baronista, o apoio aos demagogos contra a "portuguesada" — tudo isto visava torná-lo estimado pelo povo, criar bases políticas favoráveis à sua pretensão. Todavia, por mais que fizesse, não teria condições de impedir que os partidários de Boa Vista elegeassem alguns deputados. Por consequência, alguns dos seus aliados, teriam de ser abandonados à própria sorte, em favor daqueles de maior confiança.

Desse modo, é fácil compreender qual o objetivo da manifestação sediciosa de 25 de setembro — mostrar ao Presidente da Província qual a força eleitoral dos irmãos Carneiro. Essa a razão porque surge, providencialmente, na hora de maior perigo, um oficial que vai ao Janga e volta com a notícia de que Francisco Carneiro estava vivo.

A manobra engana os baronistas que se julgam ameaçados pelo governo; mas não engana a Chichorro, que no mesmo instante percebe qual o alcance da mesma. Político hábil, oportunista, guarda silêncio e resolve tirar vantagem do caso determinando que os jornais praieiros atribuíssem tudo aos adversários, porém, sorratamente, trata de neutralizar os dois irmãos.

Vem daí a cisão do partido e com ela o nascimento da praia-nova. "A praia-nova — diria anos depois o Diário Novo — tem um só princípio, um só pensamento, esse princípio e pensamento é — a eleição de três ou quatro de seus membros" (17).

Não tarda que sejam duramente combatidos pelos seus antigos correligionários. O redator de **O Camarão**, jornal praieiro, chega mesmo a escrever:

"Que outra coisa he um Antônio Carneiro? Capadocio de conta, homem sem educação, sem nenhuns princípios, habituado a fallar de Deos e de todo mundo, he procurado por uma meia duzia de sucios que nada tendo que fazer, para matarem o tempo, lhe frequentão a casa" (...) "Não ha defeito maior que a volubelidade. O homem sem consistencia he a coisa mais despresivel que pode haver; materia doble, elle toma todas as formas que se quer dar, não tem consciencia do que faz, e por isso é um ente perigosissimo. Ainda horem esteve em um partido, de quem se dizia amigo; entrou por isso em todos os seos segredos, ficou conhecendo seos meios de ação, seos planos etc.; amanhã, ei-lo, o voluvel, do outro lado fornecendo ao inimigo armas contra os seos irmãos, a quem ataca com um desalmamento de trahidor. E que outra coisa são os **praia-novos**? Traidores, cuja aleivosia não tem exemplo na história das fraquezas humanas; traiçoeiros de cans brancas, porque os maos habitos nunca se largão de todo e elles nascerão da traição, viverão de traições, e serão sempre traidores" (...) "Pobre povo, se por desgraça lhes caisse nas mãos. O que faria um Antonio Carneiro se lhe coubesse a sorte de dirigir em chefe a politica? Homens de todos os credos, vós mesmo guabirus, e praia-nova; dissei-o, nós vos desafiamos; quereis que Antonio Carneiro seja o diretor da politica?" (...) "Em verdade é preciso não ter juizo, ser doido de camisola para confiar a direção do negócio mais insignificante a Antonio Carneiro. Voluvel por natureza, leviano, e estabonado por hábito, esse homem é como o menino traquino que nada pega, que não quebra, e destrua" (18).

V

Os levantes de 1844, 1845, 1847 e julho de 1848, ocorreram quando a praia estava no poder. Nenhum deles tinha o propósito de contestar o governo ou o sistema latifundiário, escravocrata.

Para o analista atento, a principal característica dessas insurreições é uma espécie de patriotismo municipal instintivo, um ódio ao estrangeiro e a todos os seus defensores. A popularidade da praia, reside, justamente, no fato de haver combatido os baronistas quando estes contrataram engenheiros franceses, dentre os quais Vauthier, e uma companhia de operários alemães para ensinar técnicas modernas de trabalho. O jornal *O Artista*, em sua edição de 20 de agosto de 1847, dá um exemplo típico desse patriotismo municipal contra o estrangeiro, ao lembrar que é "o seu principal fim dirigir-se aos seus companheiros de ofício, e lembrar-lhes, que elles foram victimas do perigosissimo **extrangeirismo**, que o Sr. Barão da Boa Vista e a sua sucia desenvolvem, em quanto estiverão no poder".

Muitos praieiros se aproveitaram dessa repulsa com objetivos demagógicos — como foi o caso dos irmãos Carneiro Machado Rios — mas outros, sinceros, assimilaram essa tendência xenófoba, típica das cidades pré-industriais.

Tradicionalistas, combatem os republicanos como Borges da Fonseca e os "socialistas" como Antônio Pedro de Figueiredo. Nada têm contra os donos de terra, salvo os desonestos, os que roubam escravos. Defendem o sistema tradicional contra a ambição do comerciante luso e o juro extorsivo dos agiotas.

Quem prefere uma simplificação dualista, poderia dizer que a praia representava os interesses do latifúndio contra a burguesia comercial recifense. Neste sentido, há um discurso de Nunes Machado — seu mais autêntico líder — mostrando como o partido era favorável ao proprietário agrícola contra a burguesia urbana.

"Sr. Presidente — diz ele na sessão de 4 de julho de 1846 da Assembléia Geral — sendo a agricultura um dos principais meios de riqueza do Brasil, é visto que ela deve merecer toda a solidariedade e proteção dos poderes do estado.

"Entre os males que mais afligem a este ramo da riqueza do país é sem dúvida nenhuma a falta quase absoluta de braços. Nós, fascinados, assim como a respeito de outras muitas coisas, pelo esplendor das idéias nobres e generosas, deixando-nos levar do entusiasmo, abolimos o tráfico da escravatura sem a prudência de lhe procurar com antecipação um substituto conveniente. Daqui veio que, passado pouco tempo, a nossa agricultura se viu como ameaçada de morte; as fábricas que então existiam na época da abolição do tráfico em pouco tempo foram grandemente reduzidas e então as necessidades da agricultura, sendo conhecidas pelos especuladores, ocasionam a introdução de escravos por meio de contrabando.

"Pareceu isto, Sr. Presidente, um meio remediador para a agricultura; entretanto à sabedoria da casa não pode escapar que a introdução de braços africanos, da maneira porque se faz atualmente, é um verdadeiro cancro que arruina a nossa agricultura.

"Senhores, não é possível que os nossos produtos agrícolas possam suportar o peso da compra de um escravo por 500\$ e 600\$ (apoiados), preço que ainda não é real, porquanto um escravo importado no Brasil corresponde talvez a 5 ou mais, pois que, para entrar um navio de africanos, é preciso perder 5, e talvez mais, o que eleva o preço do escravo, não aquilo porque é vendido, mas talvez a mais de 1.000\$. A perda dos navios negreiros nestes últimos seis anos monta talvez a mais de 300 entre tomados e abandonados: é uma perda imensa de capitais que, se ficassem no país e tivessem uma justa aplicação, certamente muito teriam aproveitado.

"A prova, senhores, de que o estado atual não pode deixar de ser muito ruinoso à agricultura, é (sic) estas fortunas improvisadas, que têm aparecido da noite para o dia entre alguns contrabandistas, fortunas que, repito, não são adquiridas senão à custa de meios retirados à agricultura. Eu peço licença à casa para lhe lembrar um fato.

"Depois da extinção do tráfico da escravatura, nos seis primeiros anos, observou-se que as fortunas agrícolas aumentavam; eu vi na minha província, agricultores que não eram muito afortunados apresentarem-se até como grandes proprietários; entretanto hoje estas fortunas desapareceram; raro é o agricultor que não esteja comprometido.

"Sr. Presidente, no desespero em que se acham os nossos agricultores, sem outros meios, sem outros recursos, eles imprudentemente lançam mão daqueles que a atualidade lhes oferece; vão comprar escravos a 600\$, e não é só: confiados em que os escravos lhes são concedidos a prazos, eles não reparam que estes prazos são mais um engodo que lhes oferece a ganância dos especuladores. São na verdade vendidos os escravos a prazo: mas com que juros, Sr. Presidente?! Antes de muito pouco tempo o agricultor se vê colocado nas piores circunstâncias, e levados até aos apuros de vender a sua fazenda para pagar as letras que assinou" (19).

Outro grande intérprete da praia, Nascimento Feitosa, é também um exemplo significativo dessa mesma hostilidade ao estrangeiro, ou seja, aos não-cidadãos. Segundo ele, o administrador "que livrar Pernambuco da ominosa influência de certos esfaimados que vêm de outras províncias buscar aqui fortunas; e em uma palavra, estabelecer o reino da lei, da moral, grangeará afeição e estabelecerá um partido forte" (20).

Conservadores, identificam-se com o proprietário agrícola, que sofre, igualmente, a exploração do capitalista urbano. "Garanti o trabalho do homem do campo, diz ainda Feitosa, defendei seus escravos, seus animais, suas lavouras contra a voracidade da quadrilha, e tereis uma população tranqüila e pacífica" (21).

O Barão da Boa Vista, homem educado na Europa, crente na doutrina burguesa do progresso, é um desajustado ante aquele chauvinismo, que considera retrógrado.

Um dos jornais baronistas, **A Grande Tempestade**, coloca-se numa posição oposta a dos senhores de engenho do partido praeiro, como Moraes de Inhamã, e outros, de Água Preta, Ipojuca, Limoeiro, etc. Para o redator de **A Grande Tempestade**, "a praia proclamou o provincianismo como necessidade político-administrativa, como recompensa do mérito local, como título patrimonial: fez mais! A praia chegou a censurar o governo geral porque havia de empregar em Pernambuco filhos de outras províncias como os Srs. Nabuco, Figueira de Mello, etc." (22).

Para o Cousin Fusco, a exploração demagógica do provincianismo dava como resultado um atraso no desenvolvimento tecnológico da própria indústria canavieira.

"Aqui, argumenta nas páginas do **O Progresso**, todos sabem o que ella (a praia) fez na assembléa provincial. Anularam todas as leis que os seus predecessores tinham feito em proveito dos interesses publicos; privaram o nosso mais importante ramo de produção, o assucar, das immensas vantagens que lhe promettia a introdução votada por elle, dos apparelhos aperfeiçoado de Derosne e Cail. Repartiram entre os amigos os rendimentos da nossa provincia, a pretexto de abates, moratorias, jubilações e aumentos de ordenados". (...) "Os escassos restos, que ainda existiam nos nossos já mui tisticos cofres publicos, foram destinados ao soldo de oitocentas bayonetas, afim de se vencerem as eleições pelo terror, e fazer com que a deputação praeira, reeleita, possa, na proxima legislatura, completar a tarefa, tão bem começada, e exaurir os ultimos recursos desta hoje malfadada provincia" (23).

Chichorro da Gama, baiano, "filho de outra província", compreende que teria de ajustar-se ao chauvinismo local. Essa a razão do prestígio que ganha junto aos senhores de engenho endividados pelos empréstimos para compra de escravos, inimigos dos Cavaicantis, traidores, aliados aos mascates. Por sua vez, a massa recifense, os "molambos", os "faquistas", dão também sua adesão à praia porque ela combate o estrangeiro, o "pé-de-chumbo".

Com a queda de preço dos produtos coloniais e a elevação do custo da mão-de-obra escrava, o senhor de engenho, para sobreviver, depende cada vez mais do capitalista urbano. "O capital, denuncia Antônio Pedro de Figueiredo, defrauda desapiedadamente o trabalho, para o aluguel de cujos instrumentos exige elle doze, dezoito, vinte e quatro e até cem% de premio, isto é, muito mais que o trabalho pôde produzir" (24).

Os baronistas, dominando a província por mais de sete anos, ligaram-se à burguesia comercial. Mas a maioria dos donos de terra, nem tiveram essa oportunidade nem esse poder de adaptação.

Os homens não integrados no mercado de trabalho, sentem o ódio secular dos habitantes das cidades pré-industriais ao estrangeiro. Ora, o estrangeiro era o comerciante, o usurário, o capitalista. logo, nada mais natural que essas duas forças se unissem — o latifundiário e o homem pobre da cidade.

A praia era constituída pela junção dessas duas forças. É essa a "questão social" de que nos fala Joaquim Nabuco. Os que imaginam os acontecimentos da década de 1840 como uma luta do povo contra o latifúndio, esquecem das palavras de Nascimento Feitosa: "É pelo interior, observa ele, que se encontrou uma devoção praieira superior a toda a expressão, como podem informar os Srs. oficiais do exército que por aí passaram" (25). Da mesma forma, esquecem que a insurreição de 1848 tem origem num engenho, o Inhamã, em Igarassu; e termina em outro, o Verde, em Água Preta.

A tarefa do historiador é procurar as mediações que articulam os processos estruturais, cotejando-os com a superfície flutuante dos acontecimentos. A complexidade dos antagonismos impossibilita a simplificação dessas realidades sócio-econômicas numa única categoria, ou a redução do universo nordestino como esquematizado, tão somente, num conflito do tipo "luta de classes". O pecado capital do analista é igualizar em categorias genéricas, os mais díspares condicionamentos históricos. Uma boa orientação metodológica, ao contrário, deve identificar as peculiaridades de cada sistema específico.

Querer incorporar uma metodologia inadequada ao estudo de uma sociedade pré-industrial, resulta na impossibilidade de tornar inteligível movimentos sediciosos como o de 25 de setembro de 1845.

BIBLIOGRAFIA

- 1) Hobsbawn, E. J. *Rebeldes Primitivos*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970, p. 16.
- 2) *Ibid.* p. 18.
- 3) Almeida Santos, Mário Márcio de — *Nascimento Feitosa e a Revolução de 1848*. Tese de Mestrado em História, Recife, 1977, p. 125.
- 4) Lopes Machado, Maximiliano. *Esboço Biográfico do Conselheiro Antonio Pinto Chichorro da Gama*. Recife, Typographia Industrial, 1887, p. 115.

- 5) Nabuco, Joaquim. Um Estadista do Império. Rio de Janeiro. H. Garnier, Livreiro — Editor, 1897, Tomo I, p. 78.
- 6) in o Lidador, 16 de outubro de 1847.
- 7) O Progresso. Revista Social, Litteraria e Scientifica, 1846 - 1848. 2.ª Edição, Recife, 1950. p. 297.
- 8) in O Sete de Setembro, 10 de fevereiro de 1846.
- 9) O Nazareno, 11 de fevereiro de 1846.
- 10) O Progresso. Op. cit. p. 297.
- 11) Diario de Pernambuco, 26 de setembro de 1845.
- 12) O Lidador, 1 de outubro de 1845.
- 13) Ibid.
- 14) Diario Novo 27 de setembro de 1846.
- 15) Ibid.
- 16) Anaes da Assembléia Geral do Império. Ano de 1845, p. 46.
- 17) Diario Novo, 11 de julho de 1849.
- 18) O Camarão, 24 de fevereiro de 1848.
- 19) Anaes da Assembléia Geral do Império. — Ano de 1846, p. p. 46, 47.
- 20) O Maccabec, 3 de maio de 1849.
- 21) Ibid.
- 22) A Grande Tempestade, 14 de setembro de 1847.
- 23) O Progresso. Op. cit. p. p. 669, 670.
- 24) Ibid. p. 548.
- 25) O Maccabeo, 14 de agosto de 1849.